


INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	GM SANEAMENTO E URBANISMO
Data	20/02/2003 Pg 03
Class.	Cinta Larga

ÍNDIOS

Cintas-largas retiram os garimpeiros de Lajes

Wilson Nogueira
de Manaus

Funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e guerreiros indígenas concluíram no último final de semana a retirada de cerca de cinco mil garimpeiros da mina de diamantes do igarapé Lajes, afluente do rio Roosevelt, no interior da reserva dos índios cintas-largas, localizada na divisa do sul de Rondônia com o norte de Mato Grosso. No rastro da garimpagem, que se intensificou há três anos, restou, no lugar dos trechos de floresta e do leito do igarapé, um lamaçal de cerca de 18 quilômetros de extensão por 500 metros de largura, em média.

“Eles (os garimpeiros) acabaram com o rio e com a floresta nessa área”, diz o funcionário da Funai e sub-coordenador da operação Waldir de Jesus Gonçalves. Nessa operação, a retirada dos garimpeiros foi realizada pelos próprios cintas-largas, após negociações entre funcionários da Funai e líderes da etnia do troco tupi que se arrastavam desde outubro do ano passado. A garimpagem em terra indígena é proibida pela Constituição Federal, mas alguns líderes cintas-largas facilitaram, sob pagamento, a entrada de garimpeiros na reserva.

Prejuízo imensurável

No decorrer das negociações, os índios foram convencidos de que existem opções à exploração dos diamantes com menor impacto ambiental e maior contrapartida social. As opções serão discutidas entre os índios e os presidentes da Funai, Eduardo Aguiar de Almeida, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros, convidados a visitar a reserva. Os dois podem ir à região ainda neste mês. A garimpagem ilegal rendeu bens materiais, como carros e propriedades urbanas, a uma minoria de índios e um prejuízo imensurável ao meio ambiente e à vida cultural e espiritual dos cintas-largas, segundo os coordenadores da operação.

Os primeiros registros de garimpeiros na região do rio Roosevelt são de 1960, uma década antes de os cintas-largas terem tido contato pacífico com o indigenista Apoena Meireles. De cerca de seis mil, a comunidade está reduzida a 1.300 pessoas, que ocupam uma área de aproximadamente 3 milhões de hectares. Centenas ou até milhares de índios da etnia foram mortos em confrontos com garimpeiros ou por doenças levadas por eles para a floresta, conforme relatos correntes dos mais velhos.

Para Gonçalves, os cintas-largas querem discutir, a partir de agora, opções que ponham fim a esse longo período de depredação das suas terras e da violência imposta pela atividade garimpeira. A sinalização dessa vontade, segundo Gonçalves, é a retirada dos garimpeiros pelos próprios guerreiros cintas-largas sob a orientação de seus líderes. A primeira etapa da operação foi a de demonstrar aos líderes que a atividade dos invasores não traz benefícios às suas aldeias. Somente no último dia 23 de janeiro foi deflagrada expulsão dos garimpeiros. Sessenta funcionários da Funai acompanharam a desocupação dos garimpos.

Contrabandistas

Operações anteriores foram realizadas com a presença ostensiva de agentes federais, mas os garimpeiros sempre retornaram ao local porque ofereciam dinheiro ou bens materiais a líderes da etnia. A ordenação da atual operação espera que os índios obtenham apoio para seus projetos econômicos e ambientais, para que não se tornem presas fáceis da garimpagem financiada por contrabandistas internacionais de diamantes.

A cobiça sobre as terras dos cintas-largas está longe de cessar. Elas guardam uma kimberlito, rocha vulcânica onde é encontrado o diamante, com capacidade para produzir até 1 milhão de quilates de pedras preciosas por ano. Seria essa a única mina de diamantes no País com possibilidade de exploração industrial. No Senado já tramita uma proposta de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que permita a exploração de minérios em terras indígenas. Os maiores beneficiários da garimpagem ilegal têm sido, até o momento, contrabandistas de pedras preciosas instalados em cidades dos Estados de Rondônia e Mato Grosso. A cidade de Jaína, no Mato Grosso, figura como centro de distribuição ilegal das pedras retiradas do Igarapé Lajes para o exterior.